



Revista de Políticas Públicas da UFPE, Recife/PE, v. 11, n. 3, ano 2026. ISSN-e 2595-5535

MULHER, ESSE CUIDADO TE ALCANÇA?

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFOPA NO ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE ESTUDANTES MÃES DE GRADUAÇÃO

Viviane Moura Canto¹
Erinaldo Ferreira do Carmo²

Resumo: Este artigo resulta de dissertação defendida no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (PPGPP/UFPE) e avalia a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) no atendimento às necessidades de estudantes mães de graduação.³ Parte-se da compreensão de que a maternidade no ensino superior é uma experiência socialmente situada, atravessada por desigualdades de gênero, raça, classe e território, com incidência direta sobre as condições de permanência e êxito acadêmico. O referencial teórico articula o debate sobre maternidade, cuidado e divisão sexual do trabalho em perspectiva interseccional ao ciclo de políticas públicas, com ênfase na etapa de implementação. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de triangulação entre análise documental, respostas institucionais via Fala.BR e entrevistas semiestruturadas com estudantes mães de graduação da Ufopa. Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciam que a Ufopa dispõe de arcabouço normativo que reconhece a maternidade como dimensão estratégica da assistência estudantil, porém sua implementação é parcial, instável e territorialmente desigual, com concentração de ações no *campus* sede, fragilidades na produção e sistematização de dados, limitações nos mecanismos de monitoramento e baixa inteligibilidade da política para suas usuárias. As narrativas indicam que a permanência universitária é atravessada por sobrecarga materna, fragilidade das redes de apoio, insuficiência dos apoios institucionais e forte centralidade da demanda por espaços de cuidado infantil. Conclui-se que a permanência materna ainda não se consolidou como eixo estruturante da assistência estudantil, demandando estratégias institucionais mais equitativas, territorialmente capilarizadas e efetivamente comprometidas com o direito à educação superior de mulheres que cuidam, estudam e resistem.

Palavras-chave: assistência estudantil; estudantes mães; permanência no ensino superior; implementação de políticas públicas; Ufopa.

¹ Mestra em Políticas Públicas pelo PPGPP/UFPE. Psicóloga de referência da Assistência Estudantil na Ufopa. E-mail: viviane.canto@ufopa.edu.br

² Doutor em Ciência Política. Professor do PPGPP/UFPE. Orientador da pesquisa. E-mail: erinaldo.carmo@ufpe.br

³ Agradecemos às professoras Kelma Fabíola Beltrão de Souza e Carolina Cavalcante Lins Silva pelas valiosas contribuições na fase de qualificação do projeto de pesquisa.

WOMAN, DOES THIS CARE REACH YOU? EVALUATION OF THE STUDENT ASSISTANCE POLICY AT UFOPA IN MEETING THE NEEDS OF UNDERGRADUATE STUDENT MOTHERS

Abstract: This article is derived from a dissertation defended at the Professional Postgraduate Program in Public Policies of the Federal University of Pernambuco (PPGPP/UFPE) and evaluates the Student Assistance Policy of the Federal University of Western Pará (Ufopa) in addressing the needs of undergraduate student mothers. It is grounded in the understanding that motherhood in higher education is a socially situated experience shaped by inequalities of gender, race, class, and territory, which directly affect conditions of academic retention and success. The theoretical framework articulates debates on motherhood, care, and the gendered division of labor from an intersectional perspective with the public policy cycle as an analytical tool, emphasizing the implementation stage. This is a qualitative, descriptive, and exploratory study developed through triangulation of document analysis, institutional responses obtained via Fala.BR, and semi-structured interviews with eight undergraduate student mothers at Ufopa. Data were analyzed using Content Analysis. Findings show that Ufopa has a regulatory framework recognizing motherhood as a strategic dimension of student assistance, but its implementation is partial, unstable, and territorially uneven, with actions concentrated on the main campus, weaknesses in data production and systematization, limitations in monitoring mechanisms, and low policy intelligibility for its users. Participants' narratives indicate that university retention is shaped by maternal overload, fragile support networks, insufficient institutional support, and the central demand for childcare spaces. It is concluded that maternal permanence has not yet been consolidated as a structural axis of student assistance, requiring more equitable, territorially widespread institutional strategies genuinely committed to the right to higher education for women who care, study, and resist.

Keywords: student assistance; student mothers; retention in higher education; public policy implementation; Ufopa.

INTRODUÇÃO

A permanência de estudantes mães no ensino superior constitui um problema público ainda insuficientemente enfrentado pelas universidades brasileiras. A experiência da maternidade durante a formação universitária é atravessada por demandas simultâneas de cuidado, trabalho doméstico, sustento material e responsabilidades acadêmicas, que se intensificam em contextos marcados por vulnerabilidades sociais e fragilidade das redes de apoio.

Dados do IBGE (2024) indicam que, entre jovens mulheres de 15 a 29 anos que abandonaram os estudos, 32,6% o fizeram por razões diretamente ligadas à maternidade e ao cuidado. No âmbito do ensino superior, a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (Andifes, 2019) revela que apenas 5,2% das mães universitárias contam com creches ou redes de apoio na própria instituição, enquanto 65,5% dependem de arranjos familiares, frequentemente instáveis e sobrecarregados.

É a partir desse cenário que se constitui a pesquisa de mestrado que origina este artigo, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco (PPGPP/UFPE), cujo objetivo foi avaliar a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) no atendimento às necessidades específicas das estudantes mães de graduação. O tema emergiu da experiência profissional da

pesquisadora, como psicóloga da assistência estudantil na Ufopa, onde o contato cotidiano com mulheres que chegavam ao atendimento psicológico em estado de exaustão, sofrimento psíquico e risco de evasão revelou, de forma recorrente, como o cuidado com os filhos incide sobre as condições de permanência acadêmica.

Esse lugar de enunciação dialoga com a perspectiva dos saberes localizados de Haraway (1995), segundo a qual todo conhecimento é produzido a partir de posições histórica, social e politicamente situadas. A condição de mulher, mãe, psicóloga de referência da assistência estudantil e servidora de uma universidade federal pública amazônica constituiu não apenas uma motivação para a pesquisa, mas uma posição epistemológica comprometida com as realidades investigadas, exigindo rigor analítico, sensibilidade ética e reconhecimento dos limites da própria perspectiva, inclusive em sua dimensão racial, enquanto mulher branca.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO: A UFOPA E AS ESPECIFICIDADES DA AMAZÔNIA PARAENSE

A Ufopa é uma universidade pública federal multicampi, criada pela Lei nº 12.085/2009, localizada no interior da Amazônia paraense, com *campus* sede em Santarém e *campi* regionais em Oriximiná, Monte Alegre, Itaituba, Juruti, Alenquer, Óbidos e Rurópolis. A instituição atende uma comunidade acadêmica diversa, composta por estudantes indígenas, quilombolas, negros, ribeirinhos, LGBTQIA+, com deficiência, provenientes de diferentes territórios da Amazônia paraense e até mesmo de outros Estados. Dados institucionais revelam que 89% dos estudantes são egressos de escolas públicas, o que reforça o papel da universidade como instrumento de inclusão educacional (Ufopa, 2025).

Essa inserção territorial ocorre em um contexto marcado por profundas desigualdades infraestruturais, precariedade dos sistemas de transporte terrestre e fluvial, sazonalidade dos rios, ausência de transporte público urbano em vários municípios, elevado custo de vida e baixa cobertura de educação infantil. Em 2023, a frequência escolar de crianças de 0 a 3 anos na região Norte foi de apenas 17,6%, o menor índice nacional (IBGE, 2024), o que expõe um dos principais obstáculos à permanência das mães universitárias: a ausência de onde deixar os filhos.

Como enfatiza Porto-Gonçalves (2006), a Amazônia é um território de conflitos e produção de saberes, onde populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e migrantes convivem com desigualdades históricas e lutas por reconhecimento. A universidade pública inserida nesse contexto não pode reproduzir modelos educacionais pensados para realidades urbanas do centro-sul do país; a permanência, aqui, precisa ser compreendida como projeto político que articule redistribuição de

recursos, reconhecimento das diversidades e reorganização institucional capaz de sustentar trajetórias plurais com dignidade.

Embora a Ufopa disponha, desde 2017, com atualização em 2022 (Resolução Consepe nº 386/2022), de uma Política de Assistência Estudantil que contempla ações voltadas à maternidade e à parentalidade, prevendo espaço parental, fraldário, sala de amamentação, brinquedoteca e auxílio financeiro específico, a experiência profissional da pesquisadora revelou persistentes incongruências entre a previsão normativa e sua execução concreta, o que sinalizou a necessidade de avaliação sistemática dessa política.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória (Gil, 2019), estruturada por meio da triangulação metodológica entre três fontes de evidência empírica: (i) análise documental de normativas institucionais; (ii) respostas institucionais obtidas via pedidos de informação na plataforma Fala.BR; e (iii) entrevistas semiestruturadas com estudantes mães de graduação da Ufopa.

A análise documental abrangeu a Resolução do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 386/2022 (Política de Assistência Estudantil), a Instrução Normativa nº 1/2024–DAE (regulamentação do processo de Avaliação Socioeconômica e a adesão ao Cadastro Único da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2031) e demais normativas institucionais. Os pedidos via Fala.BR foram direcionados à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) e à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), visando obter dados sobre implementação da política e o atendimento às estudantes mães.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com oito estudantes mães regularmente matriculadas em cursos de graduação, distribuídas entre o *campus* sede (Santarém) e *campi* regionais (Oriximiná e Monte Alegre), com idades entre 23 e 45 anos. O grupo apresentou diversidade étnico-racial (estudantes pardas, indígenas e quilombolas), todas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A seleção seguiu critério de amostragem intencional, orientada pela saturação teórica (Minayo, 2017). As participantes foram identificadas pelos códigos EM1 a EM8 para preservar o anonimato. Cinco entrevistas foram realizadas de modo virtual síncrono, via Google Meet, e três presencialmente, nas dependências da Ufopa, no período de fevereiro e março de 2026, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE (Parecer nº 8.168.918/2026).

Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Sampaio; Lycarião, 2021), articulando categorias, *a priori*, alinhadas aos objetivos, e categorias emergentes,

construídas a partir do *corpus* empírico. Como produto técnico-tecnológico do mestrado profissional, a pesquisa resultou também na elaboração de um Sumário Executivo com subsídios e recomendações para o aprimoramento da política no âmbito da Ufopa.

MATERNIDADE, CUIDADO E INTERSECCIONALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

A construção do referencial teórico partiu do reconhecimento de que o acesso de mulheres à universidade pública, embora ampliado nas últimas décadas, permanece atravessado por desigualdades históricas e estruturais. Segundo Collins (2021), a interseccionalidade constitui ferramenta analítica que permite compreender como categorias como raça, classe, gênero, sexualidade e território não operam de forma isolada, mas se articulam na produção das desigualdades sociais.

Como pontua Davis (2016), não é possível pensar as experiências das mulheres, especialmente das mulheres negras e mães, sem considerar como raça, classe e gênero operam conjuntamente na produção das exclusões. Nessa mesma direção, Crenshaw (1991) demonstra que a sobreposição desses eixos produz formas específicas de discriminação que não podem ser reduzidas a uma única dimensão.

A maternidade no contexto universitário é compreendida, nessa perspectiva, como experiência socialmente situada. Moura e Araújo (2004) distinguem maternidade — relacionada à dimensão biológica da gestação, do parto e da amamentação — de maternagem, entendida como prática social, histórica e culturalmente construída em torno do cuidado. Essa distinção permite compreender que a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelos filhos decorre de processos sociais que transformam capacidades biológicas em deveres morais, afetivos e cotidianos. Como aponta Federici (2019), “o que chamam de amor, nós reconhecemos como trabalho não pago.”

A divisão sexual do trabalho, compreendida por Hirata e Kergoat (2007) como construção histórica e social sustentada pelo patriarcado e pela organização capitalista do trabalho, direciona as mulheres para ocupações de cuidado e reprodutivas, historicamente desvalorizadas. Santos e Comper (2025) aprofundam esse entendimento ao demonstrar que o trabalho doméstico e de cuidado mobiliza exigências físicas, cognitivas e organizacionais com impactos diretos sobre a saúde e o bem-estar das mulheres.

Dados do IBGE (2022) quantificam essa desigualdade: as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado, enquanto os homens dedicam 11,7 horas. Entre mulheres com crianças de até três anos, o nível de ocupação formal é significativamente

menor; e os seus efeitos são mais intensos para mulheres negras, com 49,7% de nível de ocupação, frente a 62,6% para brancas, revelando a articulação entre gênero, raça e cuidado na reprodução de desigualdades estruturais (IBGE, 2023).

Souza (2019) nomeia a experiência da maternidade no espaço universitário como a vivência de um "não lugar", um território de invisibilidade, ausência de reconhecimento institucional e fragilidade de políticas de acolhimento. A autora propõe o conceito de "expulsão escolar" em lugar de "evasão", pois esse último atribui à estudante um suposto poder de decisão sobre a saída, quando, na prática, a desistência se impõe como única possibilidade diante da ausência de condições materiais, simbólicas e institucionais para a permanência. Essa distinção conceitual é fundamental: a evasão é problema da estudante; a expulsão é problema da instituição.

Nessa direção, Figueiredo (2019) diferencia permanência material, viabilizada por auxílios financeiros e suportes concretos, de permanência simbólica, que diz respeito à possibilidade de pertencimento, escuta, acolhimento e reconhecimento no espaço universitário. Ambas as dimensões são necessárias, mas frequentemente a segunda é negligenciada pelas políticas institucionais. Abreu (2021), por sua vez, propõe a transição do "favor" ao "direito à permanência", sustentado por políticas que reconheçam a maternidade como marcador legítimo de desigualdade social e não como desvio individual.

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFOPA

A assistência estudantil no Brasil tem como marco central contemporâneo o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010 e elevado à política nacional pela Lei nº 14.914/2024, que incorporou dentre outros, o Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS) e o Programa de Permanência Parental (Propepe), reconhecendo o cuidado como dimensão estruturante da assistência estudantil. A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) contribuiu para diversificar o perfil discente, ampliando o ingresso de estudantes negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e oriundos de escolas públicas, muitos deles mães e pais, com condições objetivas de permanência mais frágeis, intensificando assim a demanda por políticas públicas.

O ciclo de políticas públicas foi aqui adotado como referencial analítico com ênfase na etapa de implementação, compreendida como o "teste de fogo" da política (Lotta, 2019), momento em que as intenções formuladas se traduzem — ou falham em se traduzir — em ações concretas. Conforme Batista, Domingos e Vieira (2021) sinalizam, a implementação é um processo

multifatorial, atravessado por capacidades institucionais, arranjos federativos e limitações de recursos.

A trajetória da política de assistência estudantil na Ufopa revela um processo de institucionalização gradual: a criação da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, em 2014; a primeira Política de Assistência Estudantil, instituída em 2017; a regulamentação dos Núcleos de Psicologia (Nupsi), Serviço Social (Nuses) e Gestão Pedagógica (Nugepe), em 2020; a revisão e ampliação da política em 2022 (Resolução Consepe nº 386/2022); a inauguração da Afroteca Curumim, em 2024; a regulamentação do Restaurante Universitário com subsídio para dependentes; e a aprovação, em 2025, da nova Política de Ações Afirmativas (Resolução Consepe nº 448/2025), que inclui as mães universitárias como público prioritário. Trata-se de um percurso marcado por avanços reais, mas que ainda não se traduziu em uma política plenamente estruturada e territorialmente capilarizada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados foram organizados em cinco seções analíticas, definidas em consonância com os objetivos da pesquisa. Cada seção corresponde a uma dimensão específica da experiência de permanência das estudantes mães na Ufopa e é atravessada por categorias *a priori* e emergentes produzidas a partir da recorrência de sentidos nas narrativas. O Quadro 1 apresenta a síntese dessas categorias e seus principais achados.

Quadro 1 – Categorias analíticas e síntese dos achados por seção

Seção / Dimensão analítica	Categorias analíticas	Síntese dos achados
Perfil, maternidade e condições da trajetória acadêmica	<i>A priori</i> : caracterização sociodemográfica, vulnerabilidade socioeconômica, trajetória acadêmica não linear	8 participantes, 23–45 anos, <i>campi</i> sede e regionais. Perfil marcado por vulnerabilidade socioeconômica, redes de apoio frágeis e percursos acadêmicos com interrupções.
	<i>Emergente</i> : <i>sobrecarga materna e exaustão; interseccionalidade (raça/etnia, classe, território)</i>	A maternidade é eixo estruturante da permanência. Estudantes indígenas e quilombolas enfrentam camadas adicionais de exclusão institucional.
Cuidado, redes de apoio e conciliação estudo–maternidade	<i>A priori</i> : divisão sexual do trabalho; organização do cuidado não remunerado	Permanência sustentada por redes privadas, domésticas e feminilizadas, instáveis e insuficientes.

	<i>Emergente: fragilidade e assimetria das redes de apoio; carga mental do cuidado</i>	A conciliação exige antecipação e reorganização contínua das rotinas. A ausência de suporte institucional amplia a jornada total e o desgaste das estudantes.
Acesso, alcance e efetividade da política	<i>A priori: instrumentos normativos; acesso a auxílios; serviços especializados</i>	Auxílios financeiros e apoio psicológico reconhecidos como decisivos. A Afroteca Curumim foi citada como suporte fundamental.
	<i>Emergente: insuficiência e instabilidade dos apoios; baixa inteligibilidade da política</i>	Apoios insuficientes e instáveis. Estudantes descobrem serviços tardiamente, via redes informais. Concentração de informações em canais pouco acessíveis.
Acolhimento institucional, permanência e recomendações	<i>A priori: política institucional; acolhimento como princípio organizador</i>	Acolhimento ocorre predominantemente nas relações interpessoais, sem consolidação como diretriz institucional.
	<i>Emergente: acolhimento relacional; individualização da condição materna; centralidade dos espaços de cuidado infantil; desigualdades territoriais</i>	Maternidade raramente reconhecida como critério de reorganização acadêmica. Campi regionais concentram maiores lacunas de cobertura.
Síntese avaliativa e estágio de implementação	<i>A priori: ciclo de políticas públicas; capacidades institucionais</i>	Estágio incipiente e assimétrico de implementação. Política produz efeitos concretos em algumas trajetórias, mas não se configura como resposta equitativa e territorialmente capilarizada.

Fonte: Elaboração dos autores com base nas entrevistas semiestruturadas e análise documental (2026).

Perfil, maternidade e condições da trajetória acadêmica

Sobrecarga materna e exaustão

Participaram da pesquisa oito estudantes mães, com idades entre 23 e 45 anos, distribuídas entre o *campus* sede (Santarém) e *campi* regionais (Oriximiná e Monte Alegre). O grupo combina heterogeneidade etária com condições estruturais semelhantes: vulnerabilidade socioeconômica, centralidade do cuidado na organização da vida cotidiana e trajetórias acadêmicas não lineares. Destacam-se marcadores interseccionais relevantes: duas participantes se autodeclaram indígenas e duas quilombolas, o que confere à análise uma dimensão étnico-racial fundamental.

As entrevistas evidenciam que a maternidade é eixo estruturante que atravessa e reorganiza as condições de permanência acadêmica. A categoria emergente da sobrecarga materna e exaustão revela que as estudantes vivenciam a experiência universitária em meio à sobreposição entre

trabalho de cuidado não remunerado, responsabilidades domésticas, exigências acadêmicas e insegurança material.

EM1, mãe de quatro filhos — dois com necessidades específicas de saúde —, descreve uma rotina de múltiplas demandas simultâneas: "é muito desafiador mesmo. Conseguir lidar com o estudo e cuidar dos filhos [...] É muito cansativo, muito exaustivo" (EM1, parda, 4 filhos, 2026).

As trajetórias acadêmicas das participantes são marcadas por interrupções, trancamentos e reconfiguração dos percursos formativos em função da maternidade. EM4, estudante quilombola, precisou renunciar a dois semestres inteiros por ausência de rede de apoio e pelas exigências do cuidado com os filhos: "as crianças ficaram muito doentes, a questão da renda também complicou muito, então eu acabei parando os dois semestres e atrasou muito o que já era pra ter concluído. Essa demanda de não ter uma rede de apoio aqui é difícil". (EM4, quilombola, 3 filhos, 2026)

EM3, ao retornar da licença-maternidade, optou por reduzir o número de disciplinas por receio de não conseguir acompanhar o curso. EM2 vivenciou separação temporária do filho ao migrar para Santarém para estudar, período descrito como "a época mais difícil da vida acadêmica": "eu chorava muito com saudade dele, eu não foquei muito no meu estudo. Aí depois veio a Afroteca, aí eu trouxe ele, eu consegui me manter" (EM2, quilombola, 1 filho, 2026). Sua fala evidencia que a maternidade não afeta apenas a organização material da vida estudantil, mas produz sofrimento emocional e sentimento de não pertencimento.

A dimensão interseccional é especialmente presente na narrativa de EM8, estudante indígena. Como mãe, bolsista e indígena, ela descreve uma tripla pressão que a obriga à autoafirmação permanente:

[...]além de a gente ter esse desafio de ser mãe dentro de uma universidade e ainda uma mãe indígena, é bem pesado [...] todo o tempo, tem que se autoafirmar e dizer que você é capaz. Porque se você não demonstrar um bom desempenho, olha lá, está só recebendo bolsa. (EM8, indígena, 1 filha, 2026).

Essa narrativa revela que a permanência indígena e materna se constrói sob múltiplas pressões, o que dialoga com Oliveira (2014), ao problematizar a experiência de mulheres indígenas na universidade como trajetória de luta por reconhecimento em um espaço historicamente organizado por saberes ocidentais. Quijano (2005) argumenta que a colonialidade do poder como mecanismo de hierarquização opera mesmo dentro das instituições de ensino, impondo às estudantes indígenas o ônus de provar legitimidade em um espaço que não foi historicamente construído para reconhecê-las.

Todavia, apesar desses desafios, todas as participantes expressam vínculo consistente com a universidade como espaço de transformação social. A motivação é, em grande medida, intergeracional: "eu acabo seguindo por ela porque eu quero que ela tenha o que eu não tive" (EM3,

indígena, 1 filha, 2026); "o que mais me ajuda é o desejo de mudar de vida, mudar a vida da minha família" (EM5, parda, 5 filhos, 2026). A permanência se sustenta em projetos de vida nos quais a formação universitária se inscreve como possibilidade de mobilidade social, não apenas para si, mas também para os filhos.

Cuidado, redes de apoio e a carga mental da maternidade

A análise das redes de apoio revela que a permanência acadêmica das estudantes mães está sustentada, predominantemente, por arranjos privados, domésticos e feminilizados — instáveis, desiguais e, em muitos casos, insuficientes. A fala de EM4 sintetiza essa condição: "a rede de apoio sou eu e Deus" (EM4, quilombola, 3 filhos, 2026). Ela acrescenta que, quando recebia bolsa, conseguia pagar a alguém para cuidar dos filhos; ao perdê-la, o suporte desapareceu. Isso desnaturaliza a ideia de rede familiar como garantia: o apoio é, muitas vezes, mediado por condição econômica. A categoria emergente da fragilidade e assimetria das redes de apoio revela que a responsabilidade pela gestão do cuidado permanece concentrada nas próprias estudantes, em arranjos contingentes e fortemente feminilizados.

A carga mental do cuidado emerge como dimensão frequentemente invisibilizada nas políticas institucionais. EM3 expõe essa dimensão cognitiva e organizacional ao compartilhar que "às vezes, de noite fico pensando como que a gente vai conciliar isso [...] meu esposo vai voltar a trabalhar, minha irmã vai voltar a estudar, e eu não sei como que eu vou fazer, ainda não parei pra pensar, né?" (EM3, indígena, 1 filha, 2026).

Santos e Comper (2025) argumentam que esse trabalho cognitivo e organizacional permanece historicamente associado às mulheres e produz impactos diretos sobre sua saúde e bem-estar, embora permaneça subvalorizado nas análises sobre permanência estudantil. Hirata e Kergoat (2007) reforçam que a divisão sexual do trabalho não se restringe às tarefas domésticas visíveis, mas abarca também essa dimensão de antecipação, negociação e reorganização permanente que amplia a jornada total e produz desgaste acumulado.

A Afroteca Curumim, espaço de acolhimento infantil inaugurado em 2024 na Unidade Tapajós (*Campus* Santarém), surge nas narrativas como iniciativa decisiva. Resultado de parceria entre a Ufopa e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), a Afroteca atende em média cerca de 300 mães estudantes, das quais aproximadamente 80% são negras, quilombolas ou indígenas (Ufopa, 2024).

Para EM2, a Afroteca foi condição de possibilidade da permanência: "se não fosse esse programa, eu não ia estudar [...] você chega e vê que foi pensado um lugar, não só para você, mas também para o seu filho." (EM2, quilombola, 1 filho, 2026). Para além do suporte material, a

Afroteca opera como reconhecimento simbólico: a universidade pensa, cuida e valoriza. Contudo, o espaço está concentrado no *campus* de Santarém, e estudantes dos demais *campi*, como EM4 (Oriximiná), apontam que "os *campi* regionais estão meio que esquecidos." (EM4, quilombola, 3 filhos, 2026).

Acesso, alcance e efetividade da política: quadro comparativo

A análise comparativa entre o desenho normativo da Política de Assistência Estudantil e sua materialização, sistematizada a partir das entrevistas e das respostas obtidas via Fala.BR, revela uma implementação parcial, fragmentada e pouco monitorada. O Quadro 2 sintetiza os principais achados dessa comparação:

Quadro 2 – Política de Assistência Estudantil da Ufopa: previsão normativa *versus* implementação

Dimensão	Previsão Normativa	Evidências de Implementação	Análise
Produção de dados	Monitoramento e sistematização de informações sobre estudantes e ações da política	Ausência de dados sobre estudantes mães (quantidade, evasão, retenção); SIGAA não disponibiliza essas variáveis	Déficit de governança informacional compromete avaliação e planejamento
Maternidade na política	Reconhecimento das especificidades de gênero; apoio a estudantes mães e pais	Ausência de dados consolidados; Política Materna e Parental em tramitação desde jun./2025	Apoio previsto, mas pouco institucionalizado na gestão
Auxílios financeiros	Auxílio educação infantil e outros auxílios de permanência	Auxílio educação infantil NUNCA concedido, apesar de previsto desde 2017	Lacuna normativa-operacional grave — hiato persistente entre política formulada e implementada
Serviços especializados	Acompanhamento multiprofissional (psicologia, pedagogia, serviço social, nutrição)	Serviços existem, mas registros não integrados; alcance para mães não é sistematizado	Dados dispersos impedem avaliação de cobertura e efetividade
Infraestrutura de cuidado	Espaços parentais, sala de amamentação e cuidado infantil	Afroteca Curumim, sala de amamentação e parceria com Cemei — concentrados no Campus Santarém	Implementação parcial e territorialmente desigual
Maternidade como indicador de vulnerabilidade	Avaliação socioeconômica como critério de acesso aos auxílios financeiros	Instrução Normativa nº 1/2024— DAE não inclui maternidade/parentalidade como indicador ou agravante de vulnerabilidade	Invisibilidade do marcador maternidade na triagem que viabiliza o acesso aos auxílios financeiros

Fonte: Elaboração dos autores (2026), com base na Resolução Consepe nº 386/2022 e nas informações obtidas via Fala.BR (pedido nº 23546.024291/2025-26).

Os achados do Quadro 2 evidenciam que a implementação da política se realiza de modo parcial, fragmentado e pouco monitorado. Entre os aspectos mais críticos, destaca-se que o Auxílio Educação Infantil, previsto normativamente desde 2017 e reafirmado em 2022, nunca foi concedido, revelando um hiato persistente entre a política formulada e a política implementada. À luz das pesquisas de Batista, Domingos e Vieira (2021), esse padrão se aproxima do que os autores denominam lógica de não-política: ações fragmentadas, descontinuidades e capacidade limitada de produzir respostas consistentes a públicos específicos.

De forma articulada, a maternidade e a parentalidade não são reconhecidas como dimensões agravantes de vulnerabilidade socioeconômica nos processos de avaliação para acesso aos auxílios estudantis financiados com recursos da Pnaes, o que significa que estudantes mães não recebem pontuação adicional, mesmo quando a maternidade intensifica processos de vulnerabilização.

Essa dupla lacuna — ausência do auxílio específico e não reconhecimento da maternidade nos critérios de vulnerabilidade — expressa o que Figueiredo (2019) denomina problema de permanência simbólica: a política não reconhece institucionalmente a maternidade como dimensão relevante, tendendo a tratar como dificuldade individual aquilo que, na prática, expressa uma desigualdade estrutural relacionada à organização social do cuidado.

As narrativas das participantes confirmam e aprofundam esses limites. Os auxílios financeiros são reconhecidos como instrumentos imprescindíveis: EM6 afirmou que, se não tivesse começado a receber o auxílio naquele momento, teria abandonado o curso; EM8 declarou que a assistência financeira foi "essencial mesmo, imprescindível" para sua continuidade. Contudo, as mesmas estudantes que reconhecem o valor desses apoios demarcam sua insuficiência: “o auxílio não abrangeira nossa necessidade enquanto mãe.” (EM1, parda, 4 filhos, 2026).

EM8 argumenta por uma lógica de equidade, pois os custos de permanência de uma mãe são qualitativamente distintos dos de estudantes sem dependentes. Essa perspectiva dialoga com Fraser (2016), para quem redistribuição e reconhecimento são dimensões inseparáveis de justiça, pois não basta ofertar os mesmos auxílios a todas as estudantes, quando as condições de partida são estruturalmente diferentes.

A categoria emergente da baixa inteligibilidade da política configura-se como fragilidade transversal. As estudantes relatam dificuldades sistemáticas para conhecer a existência dos serviços, compreender os fluxos de acesso e acioná-los no momento adequado. EM1 sintetiza que “a informação está escondida. Sempre quando eu sei de alguma coisa, alguém joga lá no grupo do curso.” (EM1, parda, 4 filhos, 2026).

EM3 constata que há estudantes "prestas a sair da universidade" sem saber onde ficam a psicologia ou a pedagogia. EM8 só descobriu a existência do serviço de enfermagem da universidade quando passou mal, e encontrou o serviço de psicologia por necessidade urgente, após

vivenciar situação de violação de direito no âmbito da universidade, e afirma que a demora para ser atendida "foi a parte difícil", dada a urgência de alguns casos. Esse padrão evidencia que a efetividade de uma política não depende apenas da existência formal de seus instrumentos, mas da capacidade institucional de torná-los compreensíveis, acessíveis e acionáveis pelas usuárias, o que Lotta (2019) denomina capacidade de implementação orientada ao público-alvo.

Acolhimento institucional, saúde mental e desigualdades territoriais

O apoio psicológico emerge nas narrativas como recurso decisivo em momentos de sofrimento intenso e risco de evasão, o que dialoga com a perspectiva da permanência simbólica proposta por Figueiredo (2019) e com as diretrizes do Pnaes, que incorporam a saúde mental como dimensão da assistência estudantil (Lei nº 14.914/2024). EM4 descreve que o serviço chegou em momento crucial em que “estava decidida a trancar a faculdade, a abandonar literalmente [...] esse atendimento veio me resgatar de uma depressão que eu estava vivendo, estava me fazendo mal, estava tirando a minha vontade de viver.” (EM4, quilombola, 3 filhos, 2026).

EM8 vai além e equipara o cuidado em saúde mental ao suporte financeiro ao dizer: “se eu não tenho saúde mental para vir para a sala de aula, não adianta eu ter o dinheiro [...] quando vem a assistência da psicologia, que te acolhe, ouve o que você está dizendo e valida a sua busca por direitos, fica marcado.” (EM8, indígena, 1 filha, 2026).

Contudo, a centralidade reconhecida contrasta com as condições reais de oferta: o Núcleo de Psicologia (Nupsi) conta com apenas duas psicólogas lotadas no *campus* Santarém para atender toda a universidade multicampi. Esse arranjo, reconhecido pela própria gestão no Relatório da Proges de 2024 como risco institucional, restringe o alcance das ações e intensifica a sobrecarga das profissionais, convergindo com as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU, 2024) para o Pnaes.

A auditoria identificou, nas universidades federais brasileiras, problemas que dialogam diretamente com os desafios da Ufopa: redução de recursos orçamentários, carência de pessoal nas equipes de assistência estudantil — especialmente de psicólogos —, lacunas na coleta de dados e fragilidades na regulamentação interna. Gomide e Pires (2014) denominam essa configuração de arranjo burocrático frágil, incapaz de sustentar entregas consistentes diante da magnitude das demandas. As recomendações do TCU apontam para a necessidade de fortalecer as equipes técnicas, aprimorar sistemas de informação e criar indicadores de monitoramento, convergindo integralmente com os achados desta pesquisa.

O acolhimento institucional apresenta duas faces nas narrativas. Por um lado, experiências genuínas de escuta e cuidado: EM4 relata que na universidade tem "mais respeito e acolhimento [...]"

do que com a própria família"; EM2 associa seu sentimento de acolhimento ao fato de o filho também ser acolhido na Afroteca. Por outro lado, episódios de invisibilização e rigidez: EM1 enviou mensagem a um professor, enquanto a filha estava na UTI, e não recebeu resposta; ficou três semestres sem cursar componentes curriculares durante a hospitalização dos filhos, sem que nenhum professor ou coordenação a orientasse sobre como proceder; EM7 diz que foi humilhada publicamente por uma professora ao pedir flexibilidade de horário para levar a filha no primeiro dia de aula escolar.

Esse contraste sustenta a categoria emergente do acolhimento relacional e não institucionalizado: quando ocorre, o acolhimento depende da postura de pessoas específicas, e não de protocolos estruturados. Como argumentam Schmidt e Figueiredo (2009), o acolhimento genuíno exige escuta qualificada como princípio organizador do serviço, e não apenas como disposição individual de alguns servidores. Quando uma política depende excessivamente de disposições individuais, seu alcance tende a ser desigual e imprevisível.

As desigualdades territoriais incidem diretamente sobre a implementação. Os programas e serviços da assistência estudantil permanecem concentrados no *campus* sede; estudantes dos *campi* regionais têm acesso limitado ou inexistente às principais iniciativas voltadas às mães universitárias e comunidade estudantil geral. EM6, em Monte Alegre, relaciona diretamente a dificuldade de permanência à ausência de creche pública local, à inexistência de transporte público e à falta de suporte institucional equivalente: "o que falta é um local para as crianças dentro da Universidade, principalmente onde não tem creche. Aqui só tem creche se a mãe pagar." (EM6, parda, 3 filhos, 2026).

Quase todas as participantes convergem na reivindicação por espaços institucionais de cuidado infantil: EM1 defende a criação de espaços para acolhimento das crianças durante atividades acadêmicas; EM3 reivindica "outra Afroteca disponível" no *campus* Rondon; EM4 menciona a necessidade de "uma mini creche dentro da universidade"; EM7 aponta a necessidade de um espaço para a criança, "nem que seja no período das aulas". A convergência dessas demandas constitui, por si só, um dado analítico relevante: a ausência de espaços de cuidado infantil não é percepção isolada, mas condição estrutural compartilhada.

A Ufopa não está sozinha no desafio de construir políticas de apoio à permanência materna. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) regulamentou o Regime Acadêmico Especial para Permanência (Raep), voltado a situações como gestação, guarda ou convivência com filhos menores de quatro anos, permitindo flexibilização acadêmica e adaptação de estratégias pedagógicas (Resolução Cepe nº 01/2023). A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) instituiu a Política Institucional de Permanência para Estudantes Mães, prevendo afastamento de atividades, auxílios específicos e espaços de contraturno para cuidados dos filhos (Resolução

Normativa nº 200/2024/CUn). Essas experiências constituem referenciais concretos para a construção de instrumentos que articulem permanência material e permanência simbólica, adaptados ao contexto multicampi amazônico.

A síntese avaliativa permite afirmar que a Política de Assistência Estudantil da Ufopa alcança estudantes mães, mas ainda não as abrange de forma consistente, contínua, equitativa e territorialmente distribuída. Há um desalinhamento entre três planos da ação pública: o desenho normativo (que prevê mais do que é executado), a implementação informada pela gestão (que apresenta iniciativas pertinentes, porém reconhece limitações no monitoramento) e a experiência efetivamente vivida pelas usuárias (que relatam apoios insuficientes diante da densidade concreta de suas demandas). Esse diagnóstico dialoga com o que Gomide e Pires (2014) denominam arranjos burocráticos frágeis: a universidade opera em estágio intermediário de institucionalização, com avanços normativos importantes, mas fragilidades administrativas, informacionais, territoriais e operacionais que limitam a efetividade da política.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações derivadas desta pesquisa foram organizadas em quatro eixos articulados, fundamentados nos achados empíricos e nas sugestões das próprias participantes:

(1) **Qualificação dos sistemas de informação, monitoramento e avaliação:** incluir maternidade, parentalidade, número de filhos, idade das crianças e responsabilidades de cuidado como variáveis específicas nos sistemas institucionais, em especial no SIGAA ou em sistema próprio desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), a fim de produzir dados sobre quantidade de estudantes mães, evasão, retenção, trancamentos e conclusão. A integração dos registros produzidos pelos diferentes setores da assistência estudantil em uma base institucional comum é igualmente necessária para superar a dispersão atual em planilhas e formulários não integrados. A ausência de dados consolidados é a raiz de muitas das fragilidades identificadas: sem informação sistematizada, não é possível planejar, monitorar nem avaliar com base em evidências, em consonância com as recomendações do TCU (2024) para o Pnaes.

(2) **Reformulação dos instrumentos de avaliação de vulnerabilidade e dos auxílios financeiros:** incorporar maternidade, parentalidade e responsabilidades de cuidado como fatores agravantes de Vulnerabilidade Socioeconômica, reconhecendo que o trabalho não remunerado de cuidado interfere nas condições materiais, emocionais e temporais de permanência e que essa condição, quando combinada a outros marcadores de desigualdade, intensifica a vulnerabilização. Efetivar o auxílio educação infantil, previsto desde 2017 e ainda sem edital específico, priorizando

mães solo, responsáveis por crianças pequenas ou com deficiência, estudantes sem rede de apoio e residentes em municípios com baixa cobertura de educação infantil pública.

(3) **Capilarização das ações nos campi regionais e flexibilização acadêmica:** ampliar a oferta de dispositivos de cuidado infantil — inspirados na Afroteca Curumim e adequados a cada território —, serviços especializados e ações de acolhimento para além do *campus* sede, incluindo a ampliação progressiva das equipes multiprofissionais (psicologia, serviço social, pedagogia, saúde e nutrição) com presença ou referência regular nos *campi* regionais. Fortalecer articulações interinstitucionais com prefeituras e secretarias municipais para pactuação de vagas em creches e uso compartilhado de equipamentos públicos. Avaliar a implantação de um regime acadêmico especial para estudantes gestantes, lactantes e responsáveis por crianças pequenas — prevendo flexibilização de frequência, reposição de avaliações, prioridade de matrícula em turnos compatíveis com a rotina de cuidado, trancamento parcial sem prejuízo acadêmico e acompanhamento pedagógico individualizado —, inspirado no Raep da UFMG e na Política Institucional da UFSC, adaptando-os ao contexto multicampi amazônico.

(4) **Institucionalização do acolhimento, melhoria da inteligibilidade e participação social:** avançar na tramitação e deliberação da proposta de Política Materna e Parental da Ufopa, consolidando direitos, fluxos e responsabilidades em instrumento normativo específico. Instituir protocolos de acolhimento à maternidade como parte da cultura universitária, reduzindo a dependência da sensibilidade individual de docentes e técnicos. Investir em formação continuada de docentes, técnicos e gestores sobre direitos de estudantes mães, saúde mental materna e desigualdades raciais e territoriais. Qualificar os canais de comunicação sobre serviços, auxílios, prazos e fluxos com linguagem simples e multicanal, incluindo iniciativas itinerantes nos *campi* regionais. Por fim, apoiar a criação de um coletivo de mães universitárias — como espaço de escuta, apoio mútuo e participação social —, sem transferir para as estudantes a responsabilidade por respostas que cabem à instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa demonstrou que a Política de Assistência Estudantil da Ufopa dispõe de arcabouço normativo que reconhece a maternidade como dimensão da permanência estudantil. A aprovação progressiva de instrumentos como a Resolução Consepe nº 386/2022, a Lei nº 14.914/2024, a Afroteca Curumim e a nova Política de Ações Afirmativas (2025) sinalizam um movimento real de incorporação dessas demandas à agenda universitária. Contudo, a distância entre o que a política estabelece e o que se efetiva no cotidiano acadêmico ainda é significativa, e é nessa distância que a permanência das estudantes mães se fragiliza.

Os achados revelam que a permanência acadêmica dessas mulheres ainda depende fortemente de redes familiares instáveis, estratégias individuais de conciliação e rearranjos cotidianos que extrapolam suas forças. A sobrecarga do cuidado, a instabilidade financeira, a ausência de espaços de cuidado infantil nos *campi* regionais, o sofrimento psíquico e a baixa inteligibilidade da política configuram um conjunto de desafios que a política atual não consegue enfrentar de forma integrada, contínua e equitativa.

Dessa forma, fortalecer a permanência de estudantes mães na Ufopa é uma decisão política, institucional e ética. Em uma universidade amazônica, multicampi e rica em diversidade, garantir o direito à educação superior exige a construção de políticas capazes de dialogar com a vida concreta de suas estudantes. Retirar a maternidade da margem da assistência estudantil e inseri-la no centro da agenda institucional significa reconhecer que as trajetórias de mulheres que cuidam, estudam, trabalham e resistem precisam ser consideradas nos processos decisórios, no planejamento e nos instrumentos de gestão universitária. A universidade pública não cumpre sua missão democrática quando sustenta apenas o acesso; ela precisa também sustentar a permanência qualitativa, com estrutura, recursos, reconhecimento e dignidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Kamila Eulalio. Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- ANDIFES; FONAPRACE. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018*. Brasília: ANDIFES; FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda; VIEIRA, Bhreno. Políticas públicas: modelos clássicos e 40 anos de produção no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 36, n. 107, 2021.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 21 out. 2024.

- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FIGUEIREDO, Raquel Ferreira de. *A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.
- FRASER, Nancy. *Fortunas do feminismo: do capitalismo gerencial à crise neoliberal*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- IBGE. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 5 jun. 2026.
- IBGE. Educação infantil cresce em 2023 e retoma patamar pré-pandemia. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/noticias/42083-educacao-infantil-cresce-em-2023-e-retoma-patamar-pre-pandemia>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (org.). *Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil*. Brasília: Enap, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1–12, abr. 2017.
- MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 44–55, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- OLIVEIRA, Evelyn Karine Magalhães. A experiência de mulheres indígenas na universidade pública: permanência e pertencimento. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, Ana Cristina Collares dos; COMPER, Maria Luiza Carvalho. Invisibilidade e reconhecimento: o trabalho doméstico não remunerado na agenda pública brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 40, n. 118, 2025.

SCHMIDT, Maria Luiza Sandoval; FIGUEIREDO, Marco Antonio de Castro. Acolhimento, empoderamento e inclusão social: alternativas para a clínica na saúde coletiva. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 29, n. 4, p. 672–683, 2009.

SOUZA, Diana Pereira. *Não lugar da maternidade no espaço universitário: expulsão escolar de mães da universidade pública*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

TCU. Auditoria identifica fragilidades no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 23 out. 2024. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-identifica-fragilidades-no-programa-nacional-de-assistencia-estudantil.htm>. Acesso em: 26 ago. 2025.

UFMG. Resolução nº 01/2023, de 20 de abril de 2023. Regulamenta o Regime Acadêmico Especial para Permanência (RAEP). Belo Horizonte, MG: UFMG, 2023. Disponível em: https://ufmg.br/storage/7/a/0/d/7a0dbca36ea8e6fa3b4851c9f05160e5_16839131543286_848718520.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

UFOPA. Resolução Consepe nº 386, de 22 de setembro de 2022. Aprova a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, PA: UFOPA, 2022. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2023/f6dda537237fe1f917962daaf7c6f31e.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

UFOPA. Instrução Normativa nº 1/2024–DAE/PROGES/UFOPA, de 27 de agosto de 2024. Dispõe sobre o processo de avaliação socioeconômica de estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação da UFOPA. Santarém, PA: UFOPA, 2024. Disponível em: <https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2024/bf2ab84723aaca9be9df5f835b4c27cd.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2026.

UFOPA. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2024–2031*. Santarém, PA: UFOPA, 2024. Disponível em: <https://pdi.ufopa.edu.br/pdi/pdi-2024-2031-1/pdi-2024-2031/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

UFOPA. *Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil: exercício 2024*. Santarém, PA: PROGES/UFOPA, 2025. Disponível em: <https://proges.ufopa.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2025/56799d6c-6e31-4df4-9b1a-10b96411ba95.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

UFSC. Resolução Normativa nº 200/2024/CUn, de 18 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a Política Institucional de Permanência para Estudantes Mães na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2024. Disponível em: https://noticias.ufsc.br/files/2025/02/RN_200-2024-CUn_-_Politica_permanencia_estudantes_maes_-_final.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.